

ESTUDOS DA LITERATURA E DA CULTURA NO ÂMBITO DA LÍNGUA
PORTUGUESA E DIPLOMACIA DA CULTURA: CARÊNCIAS E POSSIBILIDADES

ELIAS TORRES FEIJÓ*

RESUMO

Este texto tem o objetivo de discutir e problematizar questões relacionadas às políticas diplomáticas e de unificação entre países de língua portuguesa no que se refere aos aspectos culturais, especialmente aqueles relacionados à língua como elemento comum entre tais países e à literatura. Considerando-se que o mundo lusófono carece de uma política cultural articulada e coesa e de uma prática diplomático-cultural conjunta, propõe-se uma série de mecanismos, estratégias e políticas possíveis para a efetivação dessa articulação e coesão. Apesar de já haver organizações e instrumentos, tais como o Acordo Ortográfico, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, a Associação de Universidades de Língua Portuguesa e outros, muito ainda precisa ser feito para que se efetive a noção de intersistema, concebida como um conjunto de sistemas que encontram pontos de contato, relacionamento ou presenças, subjetivos e objetivos, na sua produção cultural, suficientes para interpretar esses elementos como singulares em relação a outros sistemas; e bastantes para alicerçar fluxos entre eles de importância relativa.

PALAVRAS-CHAVE: literatura, língua portuguesa, diplomacia, cultura.

De vários pontos de vista, o mundo lusófono é um mundo complexo. Complexo, começemos, pelo próprio nome, que evoca a muitas pessoas, sobretudo às participantes nele, ecos imperiais, neocoloniais ou, puramente, incomodidades, dificuldades de acomodação no nome matriz: Luso. Continuo recomendando às pessoas não perdermos muito tempo com esta questão dos nomes, a menos que tenhamos uma proposta valiosa com possibilidades de triunfar.¹

* Professor Doutor do Grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha.
E-mail: eliasjose.torres@usc.es

Um mundo complexo, também, pela assimetria histórica, social, económica, cultural e política dos diversos países que têm como língua oficial a portuguesa: todos eles vinculados historicamente a Portugal como metrópole, de que se independizaram em diferentes momentos e circunstâncias e também por distintos procedimentos; novos estados em algumas ocasiões respondendo ao arbítrio dos processos coloniais e em que se incluem povos e culturas de mui diferente índole, utentes de línguas, identidades ou tradições díspares, o que torna mais complexo e complicado um processo de unificação e coesão *nacional*, e demanda um importante investimento de energia nesse sentido; muitas vezes em relação conflitiva com a cultura e a língua providas do Portugal metropolitano que, aliás, são ao mesmo tempo utilizadas como elementos de coesão; comunidades com mui diversa capacidade económica e situações de bem-estar e qualidade de vida; com relacionamentos extra-estatais diferentes também entre os uns e os outros, desenvolvendo-se em espaços geopolíticos de vários continentes.

A complexidade acresce se considerarmos também as comunidades emigradas, os espaços de língua e/ou cultura comuns, hoje pertencentes a outros espaços sociais ou a outras unidades estatais, como o caso da Galiza, desenvolvidos, por sua vez, numa importante complexidade interna e relacional que afeta as suas potenciais e reais relações (ou não) com as outras comunidades.

Certamente, se aplicarmos uma análise DAFO tomando em consideração os fatores antes referidos (e, ainda, muitos outros) às potencialidades da lusofonia no seu relacionamento interno e externo, o que pode ser considerado fraqueza da complexidade pode perspetivar-se de maneira *in-versa*; e o que seja uma ameaça de algum para o outro, em oportunidade; e *vice-versa*. Utilizo esse precário jogo de palavras para ilustrar a finalidade do presente texto: anotar a eventual necessidade e a potencialidade de uma política cultural comum em alguns aspetos, complementar e suplementar, que dê réditos culturais e que possa servir de contributos para a qualidade de vida das comunidades em foco.

Parece claro que, apesar de esforços de vários níveis, o mundo lusófono carece de uma política cultural coesa; e, menos, da prática de uma diplomacia cultural conjunta rendível. Tem organizações e instrumentos diversos nessa esfera (o Acordo Ortográfico, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a Associação de Universidades de

Língua Portuguesa, encontros periódicos, o Plano de Ação de Brasília etc.), mas não parece que estejam dotados de uma verdadeira eficácia ou, então, têm ainda muito caminho a percorrer. Por utilizarmos um parâmetro impressionista (dos vários a que neste texto recorrerei), é reiterada a queixa de muitos colegas no mundo académico de países que não têm a língua portuguesa como oficial, do pouco ou nulo apoio que às suas iniciativas dão os respetivos governos vinculados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), facto que não obedeceria a problemas económicos mas à falta de uma definição política cultural clara; provavelmente, se a houver, algumas ou bastantes dessas iniciativas não teriam apoio; mas a questão é se essa política cultural deve existir e como deve existir. E, por outro lado, e prolongando estas considerações impressionistas, o certo é que o único país de língua oficial portuguesa que tem um instrumento político específico de promoção linguística e cultural é Portugal, com o seu “Camões - Instituto da Cooperação e da Língua”, que bem pode representar a organização governamental lusa encarregada dessa diplomacia cultural. No caso do governo do Brasil, essa missão está na responsabilidade do Departamento Cultural do Itamaraty (<<http://www.dc.itamaraty.gov.br/>>), que se autodefine, precisamente sob o título de “Diplomacia cultural”, como “importante instrumento da diplomacia brasileira e desempenha uma variada gama de funções que contribuem para o maior acercamento do Brasil com outras nações. Basicamente, o DC tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil” (<<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/diplomacia-cultural>>).

Joseph Nye, dedicado à ciência política, é considerado o teórico iniciador deste conceito de “diplomacia cultural”, a partir dos seus estudos de 1990 (*American Power*, New York, Basic Books) e 2004 (*Soft Power: The Means to Success in World Politics*, New York, Public Affairs), em que pretendia mostrar que os Estados Unidos da América não poderiam manter a sua posição mundial sobre a base da imposição militar, económica e política, e anotava a necessidade de recorrer a outras vias de relacionamento, na esfera do atrativo ideológico ou cultural. Neste sentido, Nye contrapõe o conceito de *soft power* ao de *hard power*, que basearia a política exterior na coerção ou na recompensa, frente às ações pertencentes ao *soft power*, tendentes a atrair outros países aos

valores ou objetivos do país emissor através da cultura e da persuasão. Uma boa síntese do que significa “diplomacia cultural”² pode ver-se no estudo realizado pelo Kulturaren Euskal Behatokia (Observatório Basco da Cultura).³ Nele, afirma-se:

El uso del término diplomacia cultural es relativamente nuevo dentro de las relaciones internacionales, si bien la estrategia cultural ha formado siempre parte de la diplomacia tradicional. La cultura se sitúa como una de las principales tarjetas de presentación de muchos países, en su esfuerzo para promocionar una imagen característica que les ayude a conseguir sus otros retos políticos o de posicionamiento internacional. Pero más allá de este aspecto, la diplomacia cultural juega un rol de vital importancia en las actuales relaciones internacionales.

Los intercambios culturales permiten conocer y cimentar puntos en común y de acuerdo con otras realidades. De ser considerada como una parte soft de las relaciones internacionales, la diplomacia cultural gana terreno para situarse al mismo nivel que la diplomacia tradicional.

Na proposta de articulação que aqui realizo, talvez seja útil partir de uma conceção intersistémica do mundo lusófono; quer dizer-se, da conceção de um conjunto de sistemas que encontram pontos de contato, relacionamento ou presenças, subjetivos e objetivos, na sua produção cultural, suficientes para interpretar esses elementos como singulares em relação a outros sistemas; e bastantes para alicerçar fluxos entre eles de importância relativa. Certamente, e para o caso que nos ocupa, a língua é um fundamento basilar do intersistema lusófono; provavelmente, ela seja a condição necessária e suficiente; mas não tem que ser assim em todos os casos. Os intersistemas, aliás, não são imutáveis. Podem modificar o peso relativo dos elementos que os vinculam; podem modificar o número e qualidade dos seus componentes; desaparecer ou surgir em função de diversas circunstâncias; e podem possuir fatores que, sem serem os necessários e suficientes para a manutenção do intersistema, funcionem também como vertebradores (quer tenham um caráter positivo ou negativo para os grupos e agentes intervenientes nesse intersistema: o colonialismo) de maior ou menor importância relativa.

Parto, aqui, da consideração da cultura tal como entendida numa tradição semiótica, que pode situar Yuri Lotman (1978) e Itamar Even-Zohar (1999) como definidores marcantes.

Num artigo de interesse para o assunto aqui focado, Itamar Even-Zohar (1999) tratava, já desde o título, da literatura como bem e a literatura como ferramenta (e, onde diz literatura, podemos ler, em geral, cultura). No primeiro caso, estamos perante um procedimento “que puede ser adoptado tanto por un individuo como por un colectivo organizado de individuos, específicamente una entidad social”. A esses bens – “materiales o semióticos (problemáticamente llamados “simbólicos” en algunas tradiciones)” [talvez conviria falar de tangíveis ou materiais e intangíveis ou imateriais, para colocarmos no mesmo plano a caracterização; a sua feição semiótica é intrínseca à sua índole de elemento cultural] – é atribuído um valor, valores, por melhor dizer, de mui variável dimensão e efeito, conviria acrescentar, cujo grau de reconhecimento, dentro e fora da comunidade, repercute na consideração desta.

No caso da cultura como ferramenta, “la cultura se considera como un conjunto de herramientas para la organización de vida, a nivel colectivo e individual”; podem ser de dous tipos: passivas e ativas. Passivas: “procedimientos con cuya ayuda la «realidad» se analiza, se explica, y llega a ‘tener sentido’ para los seres humanos”; “un conjunto coherente de procedimientos con la ayuda de los cuales el mundo se organiza en la mente”. Even-Zohar recorre às formulações dadas por Lotman e Uspenskij (1978) para afirmar: “El ‘trabajo’ principal de la cultura [...] es la organización estructural del mundo que nos rodea. La cultura es un generador de ‘estructuralidad’ y crea una esfera social alrededor del hombre que, como la biosfera, hace la vida posible (en este caso, la vida social y no orgánica) (según la traducción de Segal, 1974, p. 94-95)”.

Even-Zohar denomina ferramentas “ativas” “los procedimientos con la ayuda de los cuales un individuo puede manejar cualquier situación ante la que se encuentre, así como producir también cualquier tipo de situación”, acrescentando a consideração de Swidler (1986, p. 273), segundo o qual a cultura é “un repertorio, o una caja de herramientas,

de hábitos, habilidades, y patrones mediante el que la gente construye ‘estrategias de acción’”. Deste modo, a ferramenta ativa coneta com os conceitos de “atuar” e atividade, indica Even-Zohar, “más que con los de ‘entender’, como es el caso de las herramientas pasivas”. Ele distingue, por sua vez, as ferramentas dos bens, que só seriam “organizadores de vida” quando transformados em ferramentas, convertendo o valor do que significam em instrumento de ação ou classificação.

A funcionalidade dos bens é vária: “ennoblecere y consolidar el sentimiento de identidad y bienestar de grandes colectivos”, entre outras, anota Even-Zohar. “Además”, acresce, “la posesión de tales bienes se presenta – a través de la propagación por parte de quienes tienen interés en la creación o el mantenimiento de la entidad colectiva – como un signo de comunidad y riqueza compartida”.

Itamar Even-Zohar interpreta, pois, as atividades literárias, e as culturais em geral, como servindo “para proporcionar modelos de explicación del mundo, de la realidad” e “de actuación”. Deste ponto de vista, a literatura é, para Even-Zohar e na sequência dos semióticos russos a que alude – Lotman, Uspenskij, 1978 –, “una institución social muy poderosa e importante, uno de los instrumentos más básicos de la mayoría de las sociedades humanas, para ordenar y manejar su repertorio de organización de vida, es decir, su cultura”.

Como também indica Even-Zohar e facilmente pode ser deduzido, “las llamadas luchas por el canon en la historia de la fabricación de textos son sin duda – en particular cuando la literatura mantiene una posición fuerte – conflictos de intereses acerca de quién tendrá la legitimación y la capacidad para producir y proponer repertorios que funcionen como almacenes de herramientas para manejar la vida (colectiva y individual). Es por eso que el canon literario – tanto si es entendido como un repertorio de modelos más o menos obligatorios de producción, o como un almacén de valores inmortales – ha llegado a ser una institución tan fundamental”.

Pode, certamente, citar-se um número mais ou menos alargado de elementos que outorguem credibilidade e eficácia a uma política diplomática credível da lusofonia. Na minha opinião, os mais importantes, também por urgentes, são dous: articulação e coesão; e isto, tanto no nível interno, do Intersistema Cultural Lusófono, como no seu nível externo ou de relacionamento exterior com outros (inter)sistemas. No

estado atual de cousas, procurar que os diferentes países e comunidades se sintam cômodos e confortáveis num quadro vinculado pola língua comum assim já assumida (e, com independência de outros fatores que podem contribuir para essa coesão e articulação) deve ser um objetivo prioritário.

Qualquer proposta de articulação e coesão pode ser imediatamente colocada na esfera do idealismo ingênuo, à luz dos diversos interesses e assimetrias dos países em causa. De todos os modos, parece-me que explorar estes caminhos pode dar benefícios a todos eles. Para já, o conhecimento do Outro é básico para uma política eficaz, e isto, estendido a todos os países, torna em mútuo o conhecimento, sobretudo se esse Outro oferece concomitâncias e proximidades de potencial concorrência; mas, igualmente, se o tal Outro possui também elementos que possam ser aproveitados em potenciais alianças que reforcem ofertas. Rivalidades, conflitos, concorrências de baixa intensidade e subordinadas a estratégias conjuntas podem ser bem sucedidas porque contribuem para o dinamismo, a inovação e a melhora.

Ora, a ideia de articulação e coesão é basilar para um conjunto tão heterogêneo como o apresentado; por duas razões: a primeira, porque essa heterogeneidade pode constituir-se (amiúde constitui-se) em disgregação, contradição e falta de cooperação; a segunda, pela convicção de que a articulação do tal conjunto heterogêneo, mantendo a diversidade, multiplica as possibilidades de incidência e, ao mesmo tempo, abre espaço e oportunidades a todos os componentes, mesmo que eles não sejam, conjuntamente, os veículos ou protagonistas de ações concretas. E tanto para o nível interno como para o externo. Quer dizer-se, tanto nas ações destinadas ao intersistema como nas ações destinadas ao seu exterior desde esse intersistema.

O OLHAR DOS CÍRCULOS CONCÊNTRICOS. INDIVIDUALIDADES E CONJUNTO

Essa articulação pode pensar-se e realizar-se de muitas maneiras; em geral, proponho interpretá-la, pensá-la, como um conjunto de círculos concêntricos cujo núcleo é a lusofonia em geral e cada ação concreta em particular, e os diversos círculos são as múltiplas dimensões que, como género ou tipo de atividade, países etc., podem sentir-se, ver-se vinculados ou encontrar nessa articulação uma oportunidade

complementar; esses círculos, pela sua própria natureza, não aparecem sempre e não têm que funcionar em fórmula concorrente, mas derivada e complementar; e serem percebidos por diferentes setores em diversas dimensões.⁴ Alguns princípios de atuação parecem oportunos para a coesão do intersistema lusófono neste plano; entre eles, e em diferentes níveis, o da *simultaneidade*, no entendimento de que onde esteja um membro do intersistema podem estar/estão todos os demais; de *atração e representatividade*: o de, enquanto membros do intersistema, sentir-se representados e beneficiados da atração que outros membros geram sobre o intersistema; de *cooperação e complementaridade*, em que se diminui o nível de concorrência para substituí-lo por um maior nível de trabalho conjunto e ajuda mútua, subsidiariedade e solidariedade, e na ideia de que os fatores podem ser somados e que da soma maiores benefícios podem ser retirados.

Planear e planificar será essencial neste quadro; saber cada comunidade como é vista e como quer ser vista; entender @s outr@s como aliad@s, fazendo-@s reparar na nossa singularidade e resultando para el@s atrativ@s e atraentes.

AS VARIANTES E DIFERENÇAS LINGUÍSTICAS COMO CAPITAL SOCIAL E ECONÓMICO

Os círculos concêntricos também nos lembram um vínculo forte e comum, com um mesmo centro, a língua, mas com muitas possibilidades, distâncias, variantes. Uma ideia homogeneizadora e uniform(iza)dora da língua, utilizada por algumas pessoas ou comunidades poderosas para praticar esse vínculo e com um substrato de propriedade da língua, tende a prescrever em excesso (e por ignorância) a variante como erro. Essas práticas, que em favor da unidade provocam reações centrífugas, complexos, insuficiências etc., costumam não ter em conta as distâncias possíveis e plausíveis: em termos gerais, qual a distância máxima em que um utente de português, *interlocutando* com outro utente de português, podem entender-se razoavelmente sem por isso violentar fortemente os seus usos. “Fortemente” é uma apreciação subjetiva e importante. “Fortemente” significa aqui menos ou nada que uma pessoa renuncie aos seus traços ocasionalmente ou a alguns deles definitivamente, sempre que não tenha custos de relevo de identidade

ou coesão; sobretudo significa que uma pessoa possua recursos linguísticos suficientes para sentir-se utente de português e membro da comunidade lusófona na sua interlocução, sem isso alterar os seus hábitos sociolinguísticos quotidianamente nem alterá-los drasticamente em opções circunstanciais.

Quer dizer-se, em boa medida, que essas variantes sejam reconhecidas como tais do ponto de vista cultural; variantes culturais na interlocução das pessoas. Num contexto de reconhecimento mútuo de utentes e membros da comunidade lusófona, a implementação das variantes parece converter-se numa riqueza de apreciação recíproca. Sendo imprescindível uma unidade linguística da norma escrita, com poucas variantes no estandar (outra cousa são os usos *estilísticos*), em termos de fala, entendo que o português deve caminhar para uma *koiné* relativamente pouco preocupada polo sotaque e a eventual mistura de variantes, tanto dos cidadãos do espaço lusófono como das pessoas lusófonas doutros espaços geoculturais.

Parece claro que a confiança das pessoas aumenta consideravelmente quando se entendem sem intermediários, quando falam diretamente. Também estou certo (por prática e observação) de que perceber diferenças na outra pessoa quando a interlocução é fluída aumenta a empatia e a simpatia comunicacionais. Há, depois, o conhecimento necessário de todo o “modo cultural” da pessoa nossa interlocutora e da sua comunidade de referência: que significa um gesto determinado?, quais são os seus hábitos horários?, como se veem a si mesmas? etc. Eis a cultura fluída como proposta e polo de atração.

Deste ponto de vista, portanto, as diferenças são riqueza; riqueza que pode influenciar no aumento de capitais, do cultural, do social, do económico, do simbólico... Conhecer e aprender essas variantes e diferenças, sem dúvida, também constituem riqueza. Ser diferente no comum é uma oportunidade, não uma fraqueza. Em termos de comunidade, de membros nacionais, essa compensação pode ser igualmente um valor forte. Consequentemente, pensar em investir para conhecer variantes. Investir em conhecer *outros* que são mais facilmente conhecíveis que outros *outros* porque existem veículos comuns (a língua, para o caso) parece um mecanismo inteligente de relacionamento; interno e externo. Para o interior da lusofonia. E para o relacionamento exterior onde as pessoas podem funcionar como

nacionais e, crescentemente, como *lusófonas* se apresentarem capitais e mecanismos de compreensão desse mundo.

Trabalhar pela unidade é, pois, trabalhar pelo conhecimento da diversidade e das diversidades na lusofonia. Seria esquemático, porém, entender essa manutenção da riqueza da diversidade como uma posição contrária ao fortalecimento de repertórios comuns em determinadas dimensões, caso da ortografia, em que a sua fragilização pode ser menos benéfica; aqui estamos na esfera do Acordo Ortográfico. Pessoalmente, não concordo com bastantes das soluções e duplicidades que o Acordo favorece. Provavelmente, sejam muitas as pessoas que assim pensam também. No entanto, o Acordo não pode ter uma dimensão individual, mas comunitária e supra-comunitária. No âmbito da lusofonia, a falta de um acordo num nível de escrita estándar é uma peja porque impede a articulação interna e externa; nesse sentido, e não havendo atentados quantitativa ou qualitativamente graves, o Acordo é sempre preferível; e sempre preferível sobre o acordado. O Acordo permite uma maneira comum de funcionar e pode albergar igualmente diversidades; por exemplo algumas que, como galego, aqui vão e quero manter. O Acordo Ortográfico é o melhor instrumento para a língua funcionar respondendo aos objetivos que aqui venho enunciando, particularmente em domínios como a aprendizagem do português como língua estrangeira. E, em geral, na aprendizagem e usos. Investir dinheiro no seu desenvolvimento é um acerto. Apesar de alguns entraves, tudo, aliás, parece indicar que o AO vai vingar a médio prazo: quanto mais depressa, melhor; a dilatação gera melancolias paralisantes.

O POLICENTRISMO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICO-CULTURAL INTERNA E EXTERNA

Se olharmos um mapa plano do mundo, podemos verificar que, na metade esquerda dele, com poucas curvas na linha divisória, só funcionam de maneira forte três línguas: português, espanhol e inglês. O dado parece relevante e acresce a sua relevância para quem conhece as três línguas, claro. Parece, então, que potenciar o capital linguístico-cultural (neste caso, não só o conhecimento da língua mas das culturas que se vinculam por essa língua) pode gerar importantes benefícios, como antes referi. O acesso a bens e recursos que a língua facilita permite aumentar a qualidade de vida das pessoas. A facilidade de conhecermos

outras culturas próximas é um capital que deve ser fomentado porque vai significar maior riqueza para @s potenciais utentes. Aceder a bens e recursos é um dos objetivos mais importantes para a sobrevivência e o progresso das pessoas e das comunidades; usá-los bem para evitar a sua deterioração, de quem os usa e do meio, é um objetivo vital, de vida.

Voltemos ao mapa, melhor o chamado de Peters ou da projeção de Peters, porque dá ideia mais exata desse mundo. Quanto à língua oficial portuguesa, uma enorme extensão e dispersão relativas podem ser verificadas. Neste quadro do intersistema lusófono, é provável que comunidades com menos recursos vejam impossível terem espaço no meio de comunidades mais poderosas; e as comunidades mais poderosas, económica ou politicamente, julguem uma perda de tempo ou de recursos tomar em consideração outros âmbitos da lusofonia. Não temos aqui nem dados fortes para formular as nossas ideias, nem espaço para tentar desenvolver hipóteses de trabalho; mas algumas intuições podem ser formuladas sobre a base de algumas experiências. Uma delas é que a singularidade dos menos poderosos pode destacar-se mais, precisamente, nas suas diferenças dentro do conjunto; outra, é que quanto mais os poderosos promovam os menos poderosos, mais vão contar com a adesão destes, interna ou externamente. Ora, além deste jogo de propostas de ganhos ou evitação de perdas, parece-me oportuno invocar uma oportunidade excelente da lusofonia: a do policentrismo. E a conversão do policentrismo numa estratégia político-cultural interna e externa.

Podemos colocar-nos uma pergunta: qual é a capital da Lusofonia? Provavelmente, a pessoa que lê tenha pensado, por exemplo, em Lisboa ou São Paulo, acudindo, espontaneamente, ao julgado ponto central do espaço originário ou à cidade com maior população dentro deste âmbito: parâmetros, provavelmente, em que o sentido de propriedade ou de poder (demográfico e económico) atuam; mais demoradamente, pode pensar-se em capitais emocionais, políticas etc.; e, também, a resposta pode depender do âmbito ou rádio de ação fundamental de quem responde. Alguém pode, nesse sentido, pensar em Luanda ou na Praia (sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa).

Ou podemos responder, àquela pergunta, que depende ou que não há capitais fixas ou, até, capitais; e que elas podem ser ativadas segundo as necessidades ou oportunidades que se ofereçam.

Dos diversos fatores de complexidade que enunciava no primeiro parágrafo deste texto, a conversão da assimetria e da diversidade em policentrismo é um exemplo claro de fortaleza e oportunidade. O policentrismo é uma necessidade e uma oportunidade extraordinárias, e o mundo de língua portuguesa tem aí um potencial ainda enorme por explorar, dada a sua variegada presença no mundo; a sua interlocução geocultural com muitas áreas de emigração em lugares onde o português é usado e conhecido, onde existem mesmo ativas comunidades português-falantes, por exemplo.

Uma conceção policêntrica alivia tensões; e reforça a lusofonia como proposta plural e integrada de variantes. O fomento e promoção do policentrismo é, pois, um mecanismo eficaz para melhor dar coesão ao intersistema e melhor oferecer um conjunto alargado a outros espaços com várias vias de entrada e percurso. O policentrismo é uma fórmula provavelmente eficaz de diminuir as assimetrias de perspetiva dentro do intersistema, de os uns para os outros e vice-versa.

A QUESTÃO E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES. ESTUDAR O PRÓPRIO, ESTUDAR O OUTRO

Nas várias direções antes enunciadas, as instituições educativas podem desenvolver um papel de primeira importância, particularmente na primária e secundária; mas, também, no âmbito universitário, a que quero dedicar a segunda parte deste texto.

Sem dúvida, o estudo da língua e das variantes linguísticas próprias, da história, da geografia, da literatura, das artes, da cultura etc. próprias pode dotar as pessoas de uma determinada comunidade de um conhecimento satisfatório para elas: o de conhecer – e vou evitar comentar o que o que escrevo entre parênteses insinua, para não perder o fio principal – (aspetos de) a biografia (mais ou menos) coletiva da comunidade. Permite ver e atuar nessa comunidade com esses instrumentos e conhecimentos para uma relação mais eficaz com outras pessoas e o meio. Pode aumentar a coesão social da comunidade e os seus mecanismos de *vertebração* (ainda que também possa promover um uniformismo, em ocasiões destruidor de valores doutros setores comunitários e, ainda, doutras comunidades dentro da comunidade considerada). Estudar a Outra dota as pessoas, igualmente, de todos

estes eventuais benefícios em relação a ela, acrescentando mais algum: o do contraste, como forma de entender melhor os outros e o próprio. E acresce oportunidades, ao alargar as possibilidades e, provavelmente, o horizonte de possíveis das pessoas.

Em termos seletivos, dentro de um contexto educativo de língua portuguesa e em situações em que é preciso escolher entre um conjunto alargado de possibilidades curriculares, o estudo do mundo lusófono aparece como uma boa solução, porque porta mecanismos eficazes e rápidos para o conhecimento, sendo a língua (como veículo, mais que como identidade de cada comunidade) o fundamental.

Polo geral, e da perspetiva de cada sistema, tanto na ação educativa como na política institucional ou outras, parece que uma focagem integradora é uma das melhores práticas. Em boa medida, tendo como quadro conceitual o antes comentado da complementariedade, da cooperação, da solidariedade, em virtude da simultaneidade evocada pelo intersistema lusófono. Em matérias como língua, literatura, artes, geografia, história, ambiente, pode haver espaço efetivo para o intersistema (aproveitando, até, o comparatismo como um dos modos fundamentais de conhecimento; e os quadros alargados de perspetiva como um mecanismo forte de compreensão e valorização de fenómenos).

O ensino secundário é um quadro talvez mais adequado para o aprofundamento na articulação e coesão do espaço lusófono; certamente, sabemos que existe a perceção verdadeiramente estendida de que os *curricula* escolares estão saturados, de que o tempo dedicado a cada matéria é pouco e de que, mesmo, há matérias ausentes nesses *curricula* que deveriam estar presentes. O problema é solúvel, claro; outra coisa é a satisfação com a solução em cada caso. Partindo duma conceção intersistémica, é possível encontrar soluções curriculares que consigam até reforçar os objetivos dessas matérias se beneficiando do conhecimento dos outros sistemas de língua portuguesa. Mas, para a questão aqui, quero particularmente referir-me ao âmbito da educação superior, como produtor e modelo, porque penso que um novo rumo pode nascer nos planos de estudo universitários e, ainda mais, na política das universidades; e, sobretudo, na formação e na investigação sobre o Outro, membro do intersistema, no âmbito das universidades ou das organizações com elas relacionadas.

Estas propostas estão presididas pela aplicação de algumas noções que nos últimos anos tenho formulado como basilares para uma (re-) orientação dos estudos de literatura e, em geral, de ciências humanas: da inovação, *knowhow* e empreendedorismo (TORRES FEIJÓ, 2011; TORRES FEIJÓ, 2012); eles tem que ser instrumentos de uma importante transformação de que um conceito dinâmico do intersistema pode se beneficiar frente ao estatismo geral destes saberes; e podem permitir emergências, investigadoras e profissionais, de relevo, que tendam a corrigir, em termos globais, assimetrias e estereótipos: as comunidades podem inovar aproveitando os seus recursos linguísticos e culturais, começando a estudar as culturas das outras comunidades como meio de relacionamento e entendimento. Talvez esta fortuna que nós temos alerte cada vez mais para se desenvolverem estudos fundamentais e aplicados no campo da cultura. Existe um campo enormemente fértil e transversal a toda a produção de conhecimento que é o estudo da cultura com essa perspetiva. Noutros lugares, comentei indícios de possibilidades neste âmbito (TORRES FEIJÓ, 2011; TORRES FEIJÓ, 2013). O crescimento das denominadas indústrias culturais e criativas é um bom exemplo da pertinência de introduzir estes elementos; as necessidades de integração social e entendimento inter e intracomunitárias, mais. Tudo o que tem a ver com o conhecimento da cultura, em sentido alargado – conhecimento aplicável no intercâmbio cultural, na planificação cultural para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade das comunidades, para desenvolver localmente e contribuir para que a comunidade consiga esses objetivos, para integrar, dar coesão social –, constitui um campo imenso por desenvolver.

A ideia de dinamismo e a consideração do (inter-) sistema como dinâmico, complexo e heterogêneo (e onde o passado faz parte do presente) vão ao encontro das propostas aqui apresentadas. Algumas mudanças são necessárias, como variar a mentalidade e a conceção dos estudos e do conhecimento, em que a ideia de preservar um determinado e autoqualificado conhecimento previamente selecionado segundo determinados interesses se impõe como nobre tarefa universitária, negligenciando outras formas de saber, outras destrezas e objetivos tendentes a que as pessoas vivam melhor. Como já tenho referido (entrevista à Associação Galega da Língua (AGAL); TORRES FEIJÓ, 2012), em minha opinião, a constituição de cursos, institutos

e faculdades da cultura, entendida como antes expressei, será fundamental para atingir objetivos valiosos, destinados a conhecer culturas de comunidades, grupos, coletivos etc. (aqui, referidos ao intersistema lusófono); e para se ter a possibilidade de planificar relacionamentos ou desenvolvimentos para as pessoas e, também, para os seus relacionamentos, a partir da produção desse conhecimento. Isso já foi mais utopia do que é, verdadeiramente; por exemplo, no plano de “Estudos Lusófonos” da USC são várias as matérias que visam a estes objetivos: *Planejamento Cultural, Dinâmicas Socioculturais na Lusofonia, Assessoria e Consultoria Culturais na Lusofonia, Relações Galiza-Lusofonia, Indústrias e Instituições Culturais...* O seu enunciado manifesta um modo de pensar e um plano de ação que começam a dar resultados, práticos e tangíveis. E, no mestrado em Estudos da Literatura e da Cultura, existem matérias como *Métodos de investigação em literatura e cultura, Planificação da cultura e criação de empresas “spin-off”, Estudos da cultura...*

O COMPARATISMO E O RELACIONAMENTO NO MUNDO ACADÉMICO

Isso tudo tem a ver com as possibilidades de disciplinas comparatistas e relacionais: temos produção bastante? Quem a tem feito e quem a pode fazer? Provavelmente, cada uma das comunidades em foco presta, neste âmbito, relativamente pouca atenção ao Outro (os uns mais do que os outros, certamente). E, provavelmente, essas comunidades estudam relativamente pouco o que as relaciona com os outros ou compara pouco as trajetórias de cada comunidade. Não sei se noutras áreas da produção cultural ocorre da mesma maneira, mas é provável que assim seja. Compara-se pouco; relaciona-se pouco.

Por isso, talvez uma das primeiras tarefas seja a de produzir instrumentos sólidos e concretos de comparação e relacionamento (desconheço bons manuais relacionais ou comparados, por exemplo, na área da literatura), de conhecimento mútuo ou do Outro. Estudos comparados de realidades específicas da lusofonia e estudos relacionais parecem reclamar alguma prioridade, no quadro, aliás, da diplomacia cultural *ad intra* e *ad extra*. E, quiçá, seja à custa, precisamente, da dedicação feita ao próprio. Essa dedicação pode aparecer como insuficiente, mas, em muitos casos, a insuficiência nasce de uma

conceção holística que prograda até ao infinito; infinito e holismo impossíveis que podem ser substituídos por ações mais seletivas (penso que há disciplinas nacionais relativamente inúteis comparativamente aos benefícios derivados do investimento no conhecimento dos outros): temos uns estudos nacionalizados demais. Aumentar nas universidades a presença de estudos sobre os outros e comparativos com os outros é uma maneira verdadeiramente benéfica de conhecer o próprio. Minimizar a tendência à hegemonia do próprio frente ao alheio pode dar como resultado que o que eventualmente se perde no exercício da quantidade ganha-se na autoridade da qualidade, acrescentando, além de mais, a capacidade de influência. A *questão nacional* equilibra-se, compreende-se e faz-se funcionar de forma mais relevante e eficaz com o estudo do outro. A eficácia pode acrescentar-se se considerarmos que o interesse polo outro pode suscitar tendencial ou mais facilmente nele a atenção por quem dele se ocupa, na medida em que esse outro está interessado na promoção e estudo do próprio; ao mesmo tempo, para o próprio, receber o olhar (a seleção de interesses, focagem, os resultados) do outro propicia um melhor conhecimento do próprio e das suas hierarquias e inter-relações. Em minha experiência, ao menos, a atração do outro polo próprio e vice-versa fornece novas perguntas mui valiosas e complementares às perguntas internas sobre o próprio objeto.

Tendências de índole contrária, mais viradas para o próprio, podem chegar a quase *graus zero* de relacionamento com os conseguintes prejuízos e perdas antes enunciados.

(Falando em termos egoístas): O estudo do Outro, aliás, não apenas fortalece, no seu conjunto, o âmbito lusófono como proposta coesa (não uniforme, polo contrário!); situa cada uma das individualidades como referente internacional do objeto estudado, acresce o seu prestígio: este não se situa só nem fundamentalmente no que é estudado, mas em muitas ocasiões, sobretudo, em quem estuda (produzindo, em expressão africana que aprendi de Luandino Vieira, “duas sementeiras de uma chuvada”). Imaginemos (não o sei) que os dados antes indicados são globalmente corretos. A pouca atenção portuguesa (vou prescindir de tentar procurar causas) é uma má notícia para a comunidade portuguesa: ela tem poucas pessoas dedicadas ao conhecimento das Outras. É uma má notícia política para Portugal (que, lembremos, é, aliás e, então, paradoxalmente, a única comunidade que

tem um instrumento político de projeção exterior da cultura organizado e unificado: o Instituto Camões), porque o seu impacto, o impacto dos seus *scholars* é menor. Certamente, parto do princípio de que, quanto mais *scholars* estudando os outros, melhor também para o país de origem, por situarem-se como referência (também para *scholars* doutros países) e contribuir para tecer novas redes e ganhar legitimação. É uma questão igualmente de recursos disponíveis: quanto maior percentagem é dada ao próprio, menor vai para o alheio; se, por exemplo, os portugueses só tratassem assuntos portugueses, a presença alargada de *scholars* de referência diminuiria.

Ter pessoas no mundo académico estudando @s outr@s faz que as possibilidades de estas constituírem-se em referência e centrarem a atenção nelas e nas suas instituições e países aumentem. O efeito atração é realmente importante nestes campos, porque produz mobilidade e redes rendíveis de ideias e pessoas. E, provavelmente, estenda aquele prestígio e qualidades positivas à imagem do país de origem em relação à comunidade objeto de atenção e estudo; e o *efeito simpatia* (“eles têm interesse em nós”) aumente; e os efeitos positivos em geral também.

Estas propostas e materializações são verdadeiramente valiosas não apenas para o intersistema lusófono; convertem-se em ferramentas de verdadeira utilidade para os especialistas ou os curiosos extra-intersistémicos: oferecem o entendimento de um mundo (como) inter-relacionado e inter-relacionável; e ajudam a entender melhor esse mundo.

(Outras dimensões extrassistémicas): As diversas comunidades geolinguísticas lusófonas oferecem igualmente particularidades que acrescem o potencial e a riqueza do intersistema no seu conjunto. Pensemos no relacionamento Portugal – Europa; Brasil – América/América Latina; Países Africanos de Língua Portuguesa – África; Moçambique – O Índico; Cabo Verde – Europa; Timor – Índico/Oceania... Por outro lado, muitos destes países albergam setores ou comunidades doutros espaços geoculturais; e, sobretudo, diversas comunidades, sociedades, línguas e culturas que para nada se esgotam na expressão em português. Uma proposta de maior coesão pode ajudar igualmente para reforçar o conhecimento, o respeito e o desenvolvimento tanto nas dimensões externas como internas dessas comunidades e realidades, em que o potencial de pluralidade e relacionamento apareça como um valor forte.

CONCLUINDO

Pode isto ser planificado? Pode ser forçado? Desde quais instâncias?

Pode. Pode ser feito desde os planos de estudos e o estabelecimento dos *Curricula* escolares por parte das organizações académicas e dos governos (e, talvez, a CPLP seja um quadro de interesse para chegar a acordos nestas matérias). Pode constituir uma linha política de governos que pensem nestas direções. E pode ser implementado nas universidades, certamente; sobretudo, se as pessoas académicas viram o rumo das suas pesquisas também para este espaço, um espaço particularmente negligenciado em algumas das suas dimensões. Neste sentido, uma estrutura forte e real, articuladora das universidades em que a língua e as culturas dos países de língua portuguesa são lecionadas, parece um desafio importante (que pode partir da AULP). A presença em eventos de âmbito nacional ou internacional, a criação de bibliotecas de referência podem reforçar essas linhas. É preciso marcar agendas; e é preciso contrastar os seus resultados. E, no meio, são precisas (novas) perguntas, lembrando que, normalmente, as perguntas feitas pelos próprios não são as mesmas que as dos forâneos; que, quanto maior for o espetro de encontro, maior pode ser a agenda e, sobretudo, mais eficaz. Notemos, por exemplo, que um dos problemas dos estudos da literatura é a dispersão de agendas, o seu carácter disperso e *franco-atirador*: dispersão em temas e em perguntas, tendo isso a ver, por sua vez, com foros, revistas especializadas etc.; em definitivo, com espaços de encontro. É preciso encontrar para acertar agendas. Em geral, isso relaciona-se com a geração de massas críticas bastantes; podemos perguntar-nos: há massa crítica bastante estudando África? E que está estudando? Quem a está estudando? Pensar em termos estratégicos e de intersistema, fundados nos princípios de equilíbrio, proporcionalidade, integração e coesão, pode abrir caminhos verdadeiramente satisfatórios.

STUDIES OF LITERATURE AND CULTURE IN THE CONTEXT OF THE PORTUGUESE
LANGUAGE AND CULTURE DIPLOMACY: NEEDS AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

This paper aims to discuss and discuss issues related to diplomatic and political unification of Portuguese-speaking countries in relation to cultural aspects, especially those related to language as a common element among these countries and literature. Considering that the Lusophone world lacks a coordinated and cohesive cultural policy and a joint diplomatic - cultural practice, we propose a number of mechanisms, strategies and possible policy for the realization of this articulation and cohesion. Although there are already organizations and instruments, such as the Orthographic Agreement, the International Portuguese Language Institute, the Association of Portuguese Language Universities and other, much remains to be done to become effective intersystem the notion, conceived as a set of systems finding points of contact, relationship or attendance, subjective and objective in its cultural production, sufficient to interpret these elements as unique as compared to other systems, and sufficient to underpin flows between them in relative importance.

KEY WORDS: literature, portuguese language, diplomacy, culture.

ESTUDIOS DE LA LITERATURA Y DE LA CULTURA NO ÁMBITO DE LA LENGUA PORTUGUESA Y DIPLOMACIA DE LA CULTURA: CARENCIAS Y POSIBILIDADES

RESUMEN

Este texto tiene el objetivo de discutir y problematizar cuestiones relacionadas con las políticas diplomáticas y de unificación entre países de lengua portuguesa en lo que se refiere a los aspectos culturales, especialmente a aquellos relacionados con la lengua como elemento común entre tales países y a la literatura. Considerándose que el mundo lusófono carece de una política cultural articulada y cohesionada y de una práctica diplomático-cultural conjunta, se propone una serie de mecanismos, estrategias y políticas posibles para hacer efectiva esa articulación y cohesión. A pesar de haber ya organizaciones e instrumentos, tales como el Acuerdo Ortográfico, el Instituto Internacional de Lengua Portuguesa, la Asociación de Universidades de Lengua Portuguesa y otros, mucho todavía debe ser hecho para que se haga efectiva la noción de intersistema, concebida como un conjunto de sistemas que encuentran puntos de contacto, relación o presencias, subjetivos y objetivos, en su producción cultural, suficientes para interpretar esos elementos como singulares con relación a otros sistemas; y bastantes para consolidar flujos entre ellos de importancia relativa.

PALABRAS CLAVE: Literatura, lengua portuguesa, diplomacia, cultura.

NOTAS

- 1 Eu tenho uma, *galeguia*, proposta pelo escritor brasileiro Luiz Rufatto no decurso do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, em 2005: evoca a Galiza e a Gallaecia, o lugar originário da língua comum; e não tem contenciosos históricos graves com o resto dos parceiros; basta que os parceiros nos admitam como tais e que ninguém se sinta melindrado e todo o mundo reconhecido; só que vejo isto difícil, por enquanto; por isso vou utilizando Lusofonia, à espera de ir passando Galeguia...
- 2 Numa esfera próxima ao âmbito que estamos tratando, e útil para um estudo da questão, pode ver-se a reflexão “La Diplomacia Cultural en Iberoamérica. Los trazos de una agenda”. Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), 2012. <<http://segib.org/cooperacion/files/2012/10/Conclusiones-Diplomacia-Cultural-Iberoamerica.pdf>>.
- 3 http://www.kultura.ejgv.euskadi.net/r46-19803/es/contenidos/informacion/keb_publicaciones_otros_inform/es_publicac/adjuntos/diplomacia_cultural.pdf. 2012.
- 4 Uma exposição sobre castelos medievais portugueses pode ter a ver com o conjunto da lusofonia e de regra ser benéfico e, ao menos, normalmente nada negativo para o conhecimento da literatura moçambicana contemporânea. Os elementos de que a exposição se nutre (por exemplo, “Portugal”, “língua portuguesa”, “arquitetura portuguesa”) podem operar na pessoa assistente, mais ou menos remotamente, associações culturais com o âmbito lusófono; podem ter um potencial valor relacional, que pode intensificar-se em função da cadeia relacional que nesse presente ou no futuro possa aparecer para essa pessoa: círculos concêntricos que, mesmo, podem modificar a sua posição e distância do fenómeno que dá lugar a esse potencial relacional, vinculados todos sempre por um potencial substrato comum quando funcionam: lusofonia.

Apesar de que neste texto não quero recorrer a muitos exemplos reais, para não desviar a atenção do objetivo geral para a análise particular, e para manter o plano geral das propostas aqui indicadas, recorro a um exemplo que me parece elucidador: o antigo representante do Instituto Camões na Galiza, Samuel Lopes do Rego, desenhou um plano de atuação exitoso (2005-2011), consistente, no básico, em realizar ofertas complementares aos ciclos e programações das entidades galegas, inserindo neles as suas propostas, de tal modo que naturalizou a oferta portuguesa na programação galega, e fazendo ofertas de ações concretas nas linhas em que diferentes entidades culturais galegas trabalhavam, com bons resultados sociais e institucionais.

REFERÊNCIAS

EVEN-ZOHAR, Itamar. La literatura como bienes y como herramientas. In: VILLANUEVA, Darío; MONEGAL, Antonio; BOU, Enric (Orgs.). *Sin fronteras: ensayos de literatura comparada en homenaje a Claudio Guillén*. Madrid: Castalia, 1999. p. 27-36.

_____. Culture as Goods, Culture as Tools. *Papers in Culture Research*, p. 9-14. Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University, 2010.

KULTURAREN, Euskal Behatokia (2012). *Diplomacia cultural*. Disponível em: http://www.kultura.ejgv.euskadi.net/r46-19803/es/contenidos/informacion/keb_publicaciones_otros_inform/es_publicac/adjuntos/diplomacia_cultural.pdf. 2012. Acesso em: 9 dez. 2013.

LOTMAN, Yuri; USPENSKIJ, Boris. On the Semiotic Mechanism of Culture. *New Literary History*, v. 9, n. 2, p. 211-232, 1978.

NYE, Joseph. *American Power*. New York: Basic Books, 1990.

_____. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, v. 51, n. 2, p. 273-286, abr. 1986.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Estudos literários, confiabilidade e perspectivas laborais. In: SILVA, João Amadeu; MARTINS, José Cândido; GONÇALVES, Miguel (Coords.). *Pensar a literatura no século XXI*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 241-256.

_____. Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEITURA E LITERATURA INFANTIL E JUVENIL; II FÓRUM LATINO-AMERICANO DE PESQUISADORES DE LEITURA, 9 a 11 de maio de 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Palestras/feijo.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

_____. Entrevista concedida à Associação Galega da Língua – AGAL (2012). In: TORRES FEIJÓ, Elias J. *Falar a ganhar: O valor do galego*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2013. p. 78-87.